

# política

## Deputados estaduais debatem pacto federativo

Concessão de rodovias também foi discutida pelos parlamentares



Tá na Mesa com presidente da Assembleia Legislativa, Pepe Vargas, reuniu integrantes de várias bancadas

### / ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari  
bolivarc@jcrs.com.br

Em reunião-almoço Tá na Mesa, promovida ontem pela Fedarasul, foram convidados deputados estaduais gaúchos para debaterem assuntos de interesse do Rio Grande do Sul. Os temas mais destacados pelos parlamentares foram a revisão do pacto federativo e a concessão de rodovias do Estado, com destaque para a proposta do Piratini de conceder o chamado bloco 2, que compreende estradas da Região Norte do RS e o Vale do Taquari.

Quem deu a largada no debate foi o presidente da Fedarasul, Rodrigo Sousa Costa, que tratou da pauta proposta para reunião: Convergência para o Rio Grande crescer. “Em um País polarizado, o Rio Grande do Sul tem dado exemplo de um debate elevado, civilizado, no campo das ideias, e sem medir a honra do adversário, com capacidade de encontrar convergências”, disse o dirigente.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Pepe Vargas (PT), destacou em sua fala o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, que é o lema de sua gestão em 2025. “Os cientistas do clima diziam que no futuro algumas coisas aconteceriam. Pois bem, o futuro chegou, o futuro é agora. Isso nos exige pensar no processo de desenvolvimento algo diferente do processo que a gente pensava vinte anos

atrás”, afirmou o petista.

Um dos assuntos abordados no debate foi a possibilidade de uma revisão do pacto federativo. Neste sentido, o deputado Gustavo Victorino (Republicanos) apontou para a dificuldade de recuperação do Estado após a catástrofe climática das cheias de maio passado diante de uma realidade em que a União capta a maior parte da receita de arrecadação de tributos. “É preciso rever o pacto federativo. Não dá para a gente se recuperar sendo que nós tenhamos dois terços da nossa economia sugada pelo governo federal”, argumentou o parlamentar.

Na mesma linha de Victorino, se manifestou o deputado Marcus Vinícius (PP): “Nós não vamos conseguir resolver todos os problemas se continuarmos olhando para o Rio Grande do Sul como a solução de tudo, e principalmente o Poder Executivo. Nós temos que fazer um exercício profundo, e mais profundo ainda para sensibilizar o poder público de que a mudança do pacto federativo é a chave de um novo marco político do nosso País”.

Outro tema tratado no Tá na Mesa foi a concessão de rodovias estaduais, em um momento que o governador Eduardo Leite (PSDB) encaminha uma proposta para conceder o bloco 2. O deputado Paparico Bacchi (PL), que instalou na terça-feira (19) a Frente Parlamentar contra os pedágios, criticou o modelo apresentado pelo Piratini.

Conforme o projeto do Executivo, serão investidos R\$ 1,3 bilhão

em obras nas rodovias com recursos oriundos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), criado para a reconstrução do Estado após as cheias de 2024. “Se o governo der este R\$ 1,3 bilhão para a concessionária, nós teremos um custo 23 centavos ao quilômetro rodado por eixo”, pontuou Bacchi. O deputado ainda se posicionou: “o que nós estamos defendendo na Frente Parlamentar? Que se utilize esse R\$ 1,3 bilhão, que terá em torno de R\$ 3 milhões por quilômetro, para fazer os alargamentos, as terceiras pistas, as pontes, e que não haja pedágio”.

As críticas ao modelo de concessão do bloco 2 uniram parlamentares do PT e do PL, que nos últimos anos vêm travando embates a nível nacional e estadual. Integrantes da base do governo Eduardo Leite também veem prejuízos na proposta do Piratini. Quanto a isso, o presidente da Fedarasul se manifestou: “a Fedarasul, que historicamente é favorável a concessões, neste modelo de 23 centavos nós somos contrários. Nós queremos sentar e reavaliar as obras, e já se chegou um consenso no nosso pessoal: 14 centavos pelo quilômetro concedido, com essas obras que não podemos abrir mão, nós topamos, vale a pena”.

Também compareceram e discursaram no Tá na Mesa de ontem os deputados Aloísio Classmann (União Brasil), Claudio Branchieri (Podemos), Eduardo Loreiro (PDT), Luciano Silveira (MDB) e Professor Bonatto (PSDB).

## Governo não apresenta proposta e municipais seguem em greve

### / FUNCIONALISMO

Sofia Utz  
sofiaue@jcrs.com.br

Em assembleia-geral nesta quarta-feira, o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa) decidiu estender a greve da categoria até segunda ordem. A prefeitura se reunirá com membros do sindicato na próxima terça-feira, às 11h. No encontro, o Executivo deve apresentar uma proposta de reposição salarial aos servidores públicos da Capital, reivindicação que move a paralisação.

A permanência da greve foi decidida após os municípios não receberem novas propostas de reajuste da prefeitura. Os secretários André Coronel, chefe da Secretaria-Geral de Governo,

e Cassiá Carpes, que comanda a pasta de Administração e Patrimônio, receberam os sindicalistas nesta terça-feira, mas as partes não alcançaram um acordo. A intenção do poder público era conversar com os municípios antes da assembleia-geral desta quarta-feira, mas a reunião não ocorreu.

Os sindicalistas afirmam que o subsídio dos funcionários públicos possui 33,4% de defasagem inflacionária, índice que cresce desde 2016. O Executivo questiona o dado, afirmando que esse valor não diz respeito à atual gestão. A prefeitura também afirma que estuda um reajuste que considere o déficit orçamentário da Capital. “Estamos projetando os gastos do futuro”, pontuou o secretário Coronel.

## Senadores pedem mais debate e votação do Código Eleitoral é adiada

### / CONGRESSO NACIONAL

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado marcou para 14 de maio a votação do projeto de lei do novo Código Eleitoral. A proposta estava na pauta da sessão do colegiado de ontem, mas diversos senadores reclamaram do fato de não ter havido nem sequer uma audiência pública sobre o tema.

Diante dos pedidos dos congressistas, o presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), aceitou a sugestão de realizar três audiências públicas nas próximas semanas. As audiências serão semanais. Por causa do feriado da Sexta-Feira Santa (no dia 18 de abril) e do de Tiradentes (em 21 de abril), em uma das semanas deste mês não haverá audiência.

A leitura do relatório do sena-

dor Marcelo Castro (MDB-PI) será no dia 7 de maio. Considerando que poderá haver pedido de vista, a votação foi marcada para a semana seguinte. Os principais pedidos feitos na CCJ para o adiamento da votação foram feitos por senadoras. Elas alegam que o texto reduz a participação feminina na política e representa um retrocesso em relação às regras atuais.

Também houve queixas sobre regras de inelegibilidade e prazos para que juizes, promotores e policiais deixem seus cargos para serem candidatos (estabelecidos em quatro anos pelo texto em discussão no Congresso).

O relator, Marcelo Castro, se posicionou contra as audiências, mas defendeu que o relatório fosse lido ontem e, em seguida, fosse concedido um pedido de vista “dilatado”.

## PF indicia ex-assessor de Moraes por vazamento de mensagens

### / INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) indiciou o perito Eduardo Tagliaferro pelo vazamento de conversas de servidores dos gabinetes do ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A PF imputa a Tagliaferro o crime de violação de sigilo funcional com dano à administração pública. Ele foi chefe da Assessoria

Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE.

O advogado Eduardo Kuntz, que representa o perito, reiterou que ele não foi o responsável por repassar as conversas. “Meu cliente reitera, categoricamente, que não foi responsável pelo suposto vazamento. Esperamos que a Procuradoria-Geral da República possa verificar a fragilidade da investigação e não acolha as ilações contidas no relatório policial”, disse Kuntz.